



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA UFSC  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO CCE  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO**

**JOANA ZANOTTO SABBÁ GUIMARÃES**

*Gavião, não! Nós somos Parkatêjê*

Relatório do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Jornalismo, do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a aprovação na disciplina **Projetos Experimentais**, ministrada pela **Profa. Gislene Silva**, no segundo semestre de 2014.

**Orientador: Prof. Mauro César Silveira**

Florianópolis  
Dezembro de 2014

<b>FICHA DO TCC</b>	<b>Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC</b>		
<b>ANO</b>	2014		
<b>ALUNO</b>	Joana Zanotto Sabbá Guimarães		
<b>TÍTULO</b>	Gavião, não! Nós somos Parkatêjê		
<b>ORIENTADOR</b>	Mauro César Silveira		
<b>MÍDIA</b>	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso	
	<input type="checkbox"/>	Rádio	
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/>	Foto	
	<input type="checkbox"/>	Web site	
	<input type="checkbox"/>	Multimídia	
<b>CATEGORIA</b>	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)	<b>Local da apuração:</b>
	<input checked="" type="checkbox"/>	Reportagem livro-reportagem ( )	( ) Florianópolis ( ) Santa Catarina Internacional ( ) Região Sul
<b>ÁREAS</b>	direitos humanos, questão indígena		
<b>RESUMO</b>	<p>Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma reportagem impressa sobre a resistência cultural dos Parkatêjê ,povo indígena do Pará. OsParkatêjê recebem 640 mil reais mensais como indenização da mineradora Vale pela construção e uso daferrovia que corta a sua Reserva Indígena. Durante a ditadura militar,o grupo foi escravizado pelas instituições governamentais Serviço de Proteção ao índio (SPI) e sua sucessora, a FUNAI, por dívida contraída na coleta da castanha. Esta grande reportagem mostra como o povo se organizou e continua se organizando política e socialmente para preservar sua autonomia. Atualmente, eles travam uma briga judicial com a empresa Vale para suspender a duplicação da ferrovia na reserva e iniciar negociações visando uma contrapartida pela execução da obra.</p>		

## **AGRADECIMENTOS**

Aos Parkatêjê que me receberam com carinho, especialmente a grande amiga Jopramre e o seu avô Pyiaré. Ao meu querido orientador Mauro, que me dá tranquilidade e bons conselhos. À Laís Souza, que conheceu os Parkatêjê comigo em 2012 e me incentivou a continuar o trabalho, neste ano, mesmo sem ela. Ao amigo Pedro, poeta da vida, que além de imprimir com distinção olhar sensível ao trabalho, com suas belas fotos, acompanhou-me em experiências que ficarão nas nossas memórias para sempre. À família e demais amigxs.

***“Quero aproveitar o máximo enquanto vovô tá aqui. Depois não sei como vai ser. A gente se acostumou com as coisas de kupê, TV é bom, energia... mas a língua, a nossa cultura é a única coisa que a gente tem.”***

JopramreParkatêjê, neta do cacique Krôhôkrenhum

## SUMÁRIO

<b>1. RESUMO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. ESCOLHA DO TEMA .....</b>	<b>7</b>
<b>3. CONTEXTO HISTÓRICO.....</b>	<b>11</b>
<b>4. PROCESSO DE PRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
4.1 Entrevistas .....	13
4.2 Pesquisa documental.....	15
4.3 Redação e edição .....	15
<b>5. CUSTOS .....</b>	<b>17</b>
<b>6. APRENDIZADO .....</b>	<b>18</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>21</b>

## 1.RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é uma reportagem impressa sobre a resistência cultural dos Parkatêjê , povo indígena do Pará. Os Parkatêjê recebem 640 mil reais mensais como indenização da mineradora Vale pela construção e uso da ferrovia que corta a sua Reserva Indígena. Durante a ditadura militar, o grupo foi escravizado pelas instituições governamentais Serviço de Proteção ao índio (SPI) e sua sucessora, a FUNAI, por dívida contraída na coleta da castanha. Esta grande reportagem mostra como o povo se organizou e continua se organizando política e socialmente para preservar sua autonomia. Atualmente, eles travam uma briga judicial com a empresa Vale para suspender a duplicação da ferrovia na reserva e iniciar negociações visando uma contrapartida pela execução da obra.

Palavras-chave: Indígenas, ditadura, Funai, SPI, escravidão, Vale, resistência

## 2.ESCOLHA DO TEMA

Os indígenas e sua história vêm sendo marginalizados há anos pelas ciências e pelo jornalismo. Desde a chegada dos primeiros europeus, em 1500, a política indigenista foi sempre a de “branqueamento”, condenando os índios a apenas dois destinos: ou seriam dizimados ou se adaptariam à cultura estrangeira. Os antropólogos R. da Matta e E. Arnaudque estiveram com os Gaviões do Cocal<sup>1</sup> pela primeira vez, respectivamente em 1961 e 1962, descreveram o grupo como à beira do “desaparecimento” (FERRAZ, 1984). A política indigenista no Brasil mudou oficialmente apenas em 1988 com a nova Constituição, em que os índios deixaram de ser tutelados pelo Estado. Pela primeira vez esboçam-se garantias legais voltadas para o futuro dos índios, abrangendo o reconhecimento de direitos territoriais e o abandono da orientação assimilacionista que marcou as políticas anteriores (MONTEIRO, 1995).

Apesar dos progressos, a realidade nos mostra que há ainda muito o que ser feito. Se os índios hoje têm direito a terras, grandes empreendimentos, como a Hidrelétrica Belo Monte, continuam colocando esse direito em risco. Além dos históricos conflitos com fazendeiros e posseiros.

A omissão da História no estudo dos povos indígenas precisa ser superada. O historiador Francisco Adolfo Varnhagen, em 1850, disse que para os índios, “não há história, há apenas etnografia”, a sentença ainda prevalece hoje, com poucas exceções (MONTEIRO, 1995). Como seres infantilizados fadados a extinção, não coube aos índios espaço como atores políticos da sua história, tendo sempre sido considerados como eternamente pertencentes ao presente (CUNHA, 1992). Os estudos históricos sobre os povos que habitavam o Brasil antes da colonização são recentes. Nas últimas três décadas a historiografia brasileira tem feito um esforço para incorporar grupos sociais antes ignorados. Um dos motivos é a estabilização e crescimento dos povos nos últimos anos. Quando a nau de Pedro Álvares Cabral chegou ao país, eram contabilizados entre 2 e 4 milhões de indígenas (OLIVEIRA, 2006). Pelo censo de 2010, vivem no Brasil atualmente mais de 800 mil.

A nova lei 11.445, de 10 de março de 2008, é mais um passo na caminhada pelo reconhecimento dos indígenas pela sociedade. Ela estabelece no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade de História e Cultura Indígena. Aprendemos na

---

<sup>1</sup> Gavião do Cocal é o subgrupodos Gavião liderado por Krôhokrenhum. A nomenclatura Gavião foi dada a povos Timbira por não indígenas.

escola sobre mitologia da Grécia Antiga, e não a dos nossos indígenas. Perguntadas na rua, no vídeo documentário *Vídeo nas Aldeias*, de Vicent Carelli, as pessoas descrevem os índios como seres de penacho na cabeça, preguiçosos e fadados à extinção – o mesmo tipo de pensamento que serviu como fio condutor das primeiras políticas indigenistas no país. O imaginário dicotômico europeu do índio bom e mau, mostrado nos relatos do século XVI de viajantes no livro *Povos do Brasil*, de Darcy Ribeiro e Carlos de Araujo Moreira Neto, se faz presente ainda na maioria dos cidadãos brasileiros (RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo, 1992)

A academia está fazendo a sua *mea culpa* e o jornalismo? As coberturas são escassas e algumas elas são carregadas de preconceitos, que ajudam a manter o imaginário colonizador sobre os indígenas. Muitas pessoas não consideram índios aqueles que hoje estudam conosco nas universidades, têm celular e perfil no facebook. A estagnação da cultura parece ser indicativo delimitador de etnia. A série de reportagens *Terra Contestada* do Diário Catarinense mesmo possuindo erros graves de execução chegou a concorrer ao Prêmio Esso deste ano. Felizmente não venceu. O sociólogo Cristiano Mariotto e o filósofo Nuno Nunes definiram 30 erros da série feita por Joice Bacelo e editada por Ivan Rodrigues, que vende a ideia de que os Guarani Morro dos Cavalos estão barrando as obras da BR, causando “atraso e impacto na economia” (Bacelo, Joice, 2014). O terceiro erro – “Frases de efeito sem apuração” - é este:

A primeira frase da série é “Santa Catarina virou um sonho de uma terra exclusiva para os índios guaranis”. A repórter não explica o que alicerça sua frase de efeito, mas ela é estatisticamente impossível, já que a população Guarani em três países da América do Sul é de 100 mil indígenas e a do estado de Santa Catarina é de mais de 6 milhões de pessoas. A proporção é praticamente a mesma em um século. Os Guarani nunca buscaram um estado exclusivo para seu povo e atualmente representam 0,7% do território catarinense. É um contrassenso numérico e cultural (mas a repórter em nenhum momento demonstra ter estudado sobre a cultura do povo para estruturar seu texto). (MARIOTTO, Cristiano; NUNES, Nuno, 2014)

Dia 22 de agosto, os Guarani fizeram um ato de repúdio contra as matérias do Diário Catarinense publicadas entre os dias 7 e 11 do mesmo mês (LUIZY, Luana, 2014). O sítio na internet do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) publicou o questionamento da cacique Eunice:

“Queremos ser ouvidos e é isso que é negado para nós. Quem tá comandando o país hoje são as agroindústrias, o agronegócio e os grandes empreendimentos. Então para o índio que quer a terra só para sobreviver acaba sendo um empecilho econômico. Vim para Brasília mostrar que estamos legal no processo que a gente não tá inventando nada que não é nosso. Nosso direito é esse.” (LUIZY, Luana, 2014)

A reportagem sobre os Parkatêjê visa de forma crítica inserí-los no discurso jornalístico e na história do país. O número de mortes de indígenas durante a ditadura militar é mais de 8 vezes maior do que a de perseguidos políticos. Existe uma razão para que essas mortes sejam menos mencionadas e consideradas que as demais. Os indígenas são constantemente colocados à margem das discussões, seus interesses ainda hoje incomodam quem se acha no direito de possuir suas terras e de definir o que é democracia e civilização.

A presidenta da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e senadora pelo estado de Tocantins Kátia Abreu, por exemplo, escreveu um texto intitulado *Causa inconfessável* em sua coluna na *Folha de S. Paulo* em que disse que “os índios brasileiros dispõem de extensão de terra de dar inveja a muitos países” (ABREU, Kátia, 2013) e dando uma média de área demarcada por ano afirmou que “mantido esse ritmo, a área de produção agrícola estaria fortemente comprometida em alguns anos” (ABREU, Kátia, 2013), sem justificar a razão para constatação tão sombria. Em outro texto da mesma coluna chamado de *Conspiração, teoria e prática*, a senadora disse que:

usa-se o pretexto da crise social para invasões criminosas a propriedades produtivas : sem-terra, quilombolas e índios têm sido a massa de manobra, incentivada por ativistas , que, no entanto não querem banir a pobreza. (ABREU, Kátia, 2014)

E continuou:

A sociedade brasileira está sendo artificialmente desunida e segmentada por negros, índios, feministas, gays, ambientalistas e assim por diante. Em torno de cada um desses grupos aglutinam-se milhares de ONGs , semeando o sentimento de cada qual padece de injustiças , que têm que ser cobradas do conjunto da sociedade.

Que país pretendem construir? Não tenham dúvida: um país em que o Estado, com o seu poder de coerção, seja a única instância capaz de deter os conflitos que ele mesmo produz; um Estado arbitrário, na contramão dos fundamentos da democracia. Não é teoria da conspiração. É o que está aí. (ABREU, Kátia, 2014)

Kátia Abreu espalha livremente seu medo e seu desprezo à causa indígena em um jornal de grande circulação. O jornalismo precisa fazer a sua parte e dar voz aos que quase nunca tem oportunidade para falar. Por isso, mais do que pesquisa documental, o trabalho dá espaço para os relatos dos indígenas contarem a sua história. O líder do povo Parkatêjê, o cacique Krôhokrenhum, que foi peça chave na história, continua vivo e teve papel fundamental na apuração.

### 3. CONTEXTO HISTÓRICO

Neste ano, o Brasil completou 50 anos do golpe de 1964. O número de vítimas da ditadura militar ainda é controverso. A Comissão Nacional da Verdade faz esforços para resgatar a história de milhares de pessoas oprimidas nos anos de chumbo que assolaram o país. O jornalista Leão Serva (2014) publicou em sua coluna na *Folha de S. Paulo* que a Comissão Nacional da Verdade estima que enquanto a truculência da ditadura deixou um saldo de mil mortos ou desaparecidos políticos de áreas urbanas entre 1964 e 1985, a construção de estradas na Amazônia, matou oito mil indígenas somente no governo do general Garrastazu, entre 1969 e 1973.

O povo Parkatêjê é um dos grupos indígenas que foi afetado pela política do período. A aldeia fica localizada em região de grande interesse econômico e de eternos conflitos, na terra indígena Mãe Maria, próxima da cidade Marabá, no sudeste do Pará. Os indígenas tiveram suas terras cortadas pela PA-70, atual BR-222, pela linha de transmissão de energia Tucuruí e pela ferrovia da Vale. Além disso, foram escravizados pelos órgãos Serviço de Proteção ao Índio (SPI), e Fundação Nacional do Índio (FUNAI), durante 11 anos, entre 1964 e 1975.

Os funcionários do SPI, e mais tarde da FUNAI, levavam a castanha do Pará coletada pelos indígenas para ser vendida em Belém, e os pagavam como se fossem mão-de-obra das instituições. Do valor, eram descontadas as mercadorias que haviam sido retiradas do barracão montado pelo posto indígena, necessárias para o trabalho quando eles iam à mata. Esse valor era debitado no final da produção, fazendo com que eles sempre ficassem devendo. Um tipo de escravidão comum em explorações extrativistas. Eduardo Galeano, em *As veias abertas da América Latina*, denunciou a prática imposta aos nordestinos no ciclo da borracha:

O trabalho pagava-se em espécies – carne seca, farinha de mandioca, rapadura, aguardente – até que o seringueiro saldasse suas dívidas, milagre que raras vezes ocorria. Havia um acordo entre os empresários para não dar trabalho aos operários que tivessem dívidas pendente; os guardas rurais, postados nas margens dos rios disparavam contra os fugitivos. As dívidas somavam-se às dívidas. À dívida original, pelo trabalhador, do Nordeste, se agregava a dívida pelos instrumentos de trabalhos, facão, faca, baldes, e como o trabalhador comia, sobretudo bebia, quanto maior era a antiguidade do operário maior se fazia a dívida por ele acumulada. (GALEANO, 1976, p. 100)

Os Parkatêjê conseguiram interromper tal processo de produção e conquistar sua independência econômica, com a ajuda do Humberto Nascimento, conhecido como Tiuré, o primeiro indígena anistiado político do Brasil, da antropóloga Iara Ferraz e do advogado Dalmo Dallari. Logo após o fim da escravidão por dívida, o povo foi surpreendido pelas grandes construções que afetaram e continuam afetando seu dia-a-dia. Com a aldeia cortada por estradas e pelo linhão, a vida dos mais jovens pouco tem a ver com a dos anciões.

Narrando a história do Parkatêjê, trago para o debate a questão indígena que envolve preconceito e interesses econômicos de parte da sociedade. O TCC se propõe a dar voz aos indígenas dentro dessa conjuntura.

## 4. PROCESSO DE PRODUÇÃO

A apuração deste trabalho teve início em 2012, ano em que junto a minha colega e amiga do curso de Jornalismo, Laís Souza, ganhei o prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, do Instituto Vladimir Herzog, pela pauta sobre o trabalho forçado dos Parkatêjêna coleta da castanha-do-pará no período de regime militar. Havíamos descoberto a história após lermos relatos de Humberto Nascimento, o único indígena exilado na ditadura, e que foi anistiado no ano passado, eterno ativista político atento às necessidades de seus semelhantes.

O prêmio nos proporcionou viagem à Paraíba para nos encontrarmos com Humberto Nascimento, o primeiro entrevistado desse trabalho. Depois fizemos curta visita aos Parkatêjê para conversarmos com o cacique Krôhokrenhum. Tínhamos tempo limitado para esse tipo de apuração, que requer maior entrosamento. O recorte também não fazia jus às experiências dos Parkatêjê. Chamou-me muito a atenção o nível de organização política e econômica do povo, que possui diversas estratégias de negociações com os não indígenas. Resolvi não desistir da pesquisa.

No primeiro semestre deste ano fiz a disciplina de História Indígena, oferecida no Curso de Licenciatura em História, no Centro de Filosofia e Humanas, ministrada pela professora Dra. Ana Lúcia VulfeNötzold. As aulas foram essenciais para que eu entendesse melhor o contexto da política indigenista do Brasil e percebesse os indígenas não como vítimas, mas como atores de sua história. A partir disso, decidi por angular a minha reportagem aos mecanismos de resistência do povo Parkatêjê.

Em meados de junho comecei a planejar a minha viagem, articulando-me com as pessoas da aldeia que eu havia melhor me relacionado em 2012. O fotógrafo e amigo Pedro Aguiar Stropasolas se prontificou a compartilhar essa experiência comigo, acompanhando-me no início da viagem, mesmo sem receber nada em troca. Fiquei um mês na aldeia, de julho a agosto.

### 4.1 Entrevistas

Eu usei como técnica de apuração a história oral aplicada ao jornalismo. Com o objetivo de tentar criar uma nova memória coletiva, a partir de memórias individuais, a história oral é utilizada preferencialmente em casos em que o objeto de

pesquisa escolhido está “onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes”. (POLLAK, 1989, p.2) O autor explica:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. (POLLAK, 1989, p. 2)

Na tentativa de me afastar da história oficial e construir a história do povo contada por ele, ouvi mais de 50 pessoas em entrevistas gravadas, além de inúmeras conversas do dia-a-dia na aldeia. ‘A partir da minha volta à Florianópolis, tentei por três meses inúmeras vezes solicitar entrevista com alguém da Funai e da Vale, recusadas seguidamente.

Destaco a seguir algumas das pessoas com quem conversei em 2012 e neste ano que foram de extrema importância à realização do trabalho:

-**Anderson**, advogado. Ele e a advogada Flávia assessoram juridicamente os Parkatêjê. Estão à frente das negociações com a Vale

- **Humberto Nascimento (Tiuré)**, ativista potiguara. Ajudou os Parkatêjê na emancipação financeira na coleta da castanha.

-**Iara Ferraz**, antropóloga. Contratada pela Funai, viveu com os Parkatêjê e os ajudou na emancipação financeira na coleta da castanha.

- **Jopramre**, neta do cacique. Preocupada com a cultura do povo.

-**Krôhokrenhum**, cacique dos Parkatêjê. Teve papel importante em toda a história do povo durante o período abordado pela reportagem.

-**Kutia**, ancião, uma das lideranças da aldeia. Vivenciou toda a história do povo durante o período que será abordado pelo livro.

-**Kiné**, ex-tesoureiro da Associação dos Parkatêjê.

- **Lúcio Flávio Pinto**, jornalista. Escreve sozinho o jornal paraense *Pessoal*, já publicou em *Estado de S. Paulo* e no jornal *Liberal* sobre os Parkatêjê.

- **Kuia**, filho do cacique. Coordena o Projeto KrôhômrenhumParkatêjê. Está a frente nas negociações com a Vale..

-**Leopoldina**, lingüista. Trabalhou com os Parkatêjê e assessorou a produção do livro *MeikwyTekjê Ri*, em português “isto pertence ao meu povo”.

- **Pyiaré**, ancião, uma das lideranças da aldeia. É diretor da escola.

- **Professores da escolada aldeia.**

-**Saulo Petean**, chefe de posto dos Parkatêjêapós autonomia da castanha. .

-**Robert Goodland**, funcionário do Banco Mundial. Contribuiu no relatório que denunciou a Vale internacionalmente.

## 4.2 Pesquisa documental

Pesquisei na biblioteca da Funai, em Brasília, textos acadêmicos que me auxiliaram na compreensão do objeto do meu trabalho.

Entretanto a maior contribuição documental ao meu trabalho não foi da fundação. Desde junho entrei com pedido de solicitação de pesquisa no Serviço de Documentação (Sedoc) do órgão dos relatórios do Posto Indígena Mãe Maria. Apesar de não terem me enviado a documentação após quatro meses de insistente envio de e-mails e telefonemas, encontrei o que precisava no site Armazém Memória, organizado por Marcelo Zelic. Ele vem cooperando com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

## 4.3 Redação e edição

O mais difícil na execução deste trabalho foi a seleção do conteúdo utilizado e a redação do texto. Tive que cruzar informações de textos acadêmicos, documentos

e entrevistas. A correlata com conteúdo histórico foi principalmente complexa, devido à dificuldade que os meus entrevistados tiveram em recordar momentos passados, fazendo com que eu tivesse que misturar muitos relatos para reconstruir cada momento. Tomei o cuidado de contextualizar a realidade dos Parkatêjê com a história deles, pois como lembra Ijuim:

Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro, em “A arte de tecer o presente”, de 1973, fizeram a primeira citação na literatura do jornalismo brasileiro sobre a necessidade de contextualização, prática incontestada na rotina das redações atuais. Em reflexão mais recente, Medina reafirmou esta preocupação ao ressaltar a falta de abrangência na construção do texto jornalístico (2008). A autora alerta sobre situações arriscadas em que o repórter trata de fatos isolados sem as devidas conexões com o todo. Este todo pode ter uma plêiade de significados históricos e culturais que não podem ser desprezados. (IJUIM,2012, p.129)

Também dei atenção ao escrever a reportagem ao seu formato. Tentei fazê-lo de forma simples, assemelhando o texto à narrativa oral, comum ao povo Parkatêjê. Escrevi uma grande reportagem com duas retrancas. A última em formato de crônica. O tempo tomado no processo de apuração dificultou o aprimoramento da redação em si. Usei muito o método descritivo para ambientar os leitores.

Apesar da certidão de nascimento do cacique dar para ele 85 anos, decidi colocar no texto a idade que ele e a comunidade acreditam que ele tenha. Também decidi grafar as palavras da forma como são faladas por eles, sem uso de itálico para não passar ideia de “erro”.

## 5. CUSTOS

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	VALOR
Transporte	Passagens aéreas (Florianópolis – Brasília/ Brasília - Marabá/ Marabá – Florianópolis)	R\$ 1000,00
Equipamentos	Gravador de áudio digital	R\$ 149,00

## 6. APRENDIZADO

A realização deste trabalho me proporcionou aprendizado em diversos níveis, com superação de dificuldades pessoais e profissionais. Eu tive a oportunidade de ir à mesma aldeia em 2012, com minha colega de jornalismo Laís Souza e de visitar outras Terras Indígenas em Santa Catarina anteriormente. Porém, esta foi a primeira vez em que fiquei totalmente imersa ao modo de vida de um povo em estudo, em plena partilha de atividades e experiências por um mês.

A minha primeira dificuldade foi em relação ao bem-estar do meu corpo, posto à prova pela fraqueza que o abateu as noites seguidas de sono mal-dormido quando tive vômito, diarreia e febre alta. Apesar da aldeia contar com enfermeira e técnicas de enfermagem, são apenas atendidos casos simples de primeiros socorros e curativos são distribuídos remédios que não demandam prescrição médica. Um dia, após passar mal, fui levada ao hospital municipal de Marabá pela ambulância do Samu. A sorte é que eu estava coincidentemente na cidade naquele momento, fato pouco usual. A proximidade da aldeia a hospitais e farmácias da cidade, que recebe empresários da Vale e influentes madeireiros, tornou a minha recuperação fácil, diferente da experiência vivida pela jornalista e antropóloga Barbara Arisi no Acre, não tive **que ficar nas mãos do pajé**<sup>2</sup>. O hospital não tinha mínimas condições de higiene, com pessoas vomitando nos corredores e berrando pelos cantos. Desisti. Fui à clínica privada. Recomendaram-me trocar a água de torneira que eu vinha consumindo pela mineral. Havia vários casos de indígenas da comunidade em estado semelhante ao meu, num aparente surto virótico. Porém eu percebi na família que me hospedou um tom de ofensa por eu cogitar não beber da mesma água que eles. Decidi por continuar tomando água da torneira e evitar assim mal entendidos.

---

<sup>2</sup> Barbara Maisonave Arisi é antropóloga e professora de Etnologia Indígena na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Ela foi picada por uma cobra, no Acre, em junho deste ano e denunciou a falta de atenção dada a assistência médica dos indígenas.

Outro problema com a água foi a sua escassez. Quase diariamente só corria líquido nas torneiras durante o início da manhã e o final da noite. Alguém sempre acordava cedo para abastecer a caixa e garrafas pet, que serviam para bebermos, cozinhar, banharmos e lavarmos nossas roupas e louças. As condições tornavam o trabalho exaustivo e um pouco difícil. Ao mesmo tempo, as tardes de convivência com os jovens no igarapé e as noites de conversa adentro cheias de cumplicidade e risadas sinceras eram gostoso contrapeso.

A adaptação do meu processo de trabalho ao cotidiano do povo, com suas prioridades e desconfianças com não indígenas também foi complicada. Fiquei hospedada na casa de Pyiaré, uma das lideranças da aldeia, diretor da escola, avô materno de Jopramré, neta do cacique. Ele mora com sua mulher, Júlia, ausente da aldeia no período de minha permanência, dois jovens Tembé criados por Júlia desde meninos, Jopramré, seu companheiro e suas duas filhas. Ficou acordado com a família que iríamos pedir permissão do cacique para eu realizar meus trabalhos e o Pedro começar a fotografar. Como chegamos em período de festa, precisamos esperar pelo menos cinco dias pelo fim do evento para a conversa com Krôhokrenhum. Felizmente meu colega, com o consentimento do líder, pôde retratar a grande festa por sua lente e eu, mais tarde, pude me sentar ao lado dele. Krôhokrenhum me pediu para explicar minha proposta e meus objetivos aos anciões no centro de uma roda. A maioria deles não fala português, então o diretor da escola, o velho Pyiaré, portou-se de intérprete, pois domina com rigor tanto nossa língua quanto o Jê, dialeto timbira falado pelos Parkatêjê.

A aprovação conferida aos meus trabalhos pelo cacique e os demais anciões não foi suficiente para impedir que, após duas semanas de apuração, quando meu colega Pedro encontrava-se de volta a Florianópolis, eu fosse questionada a esclarecer minhas motivações em entrevistar grande quantidade de pessoas. Segundo o capitão, somente ele poderia me contar a história do seu povo. Ainda me comparou à linguista Leopoldina Araújo que anos antes escrevera um livro, com a participação da comunidade, e também “ousara” entrevistar diversos indígenas. Bronca dada, chá de cadeira. Duas horas se passaram até que ele desistisse da ideia de me expulsar da aldeia.

A desconfiança era igualmente visível toda vez que reafirmavam a mim serem indígenas apesar de usarem a tecnologia, como se acreditassem que eu pudesse

julgar a cultura deles, diferente da minha, estática, talvez por costumarem ouvir na cidade comentários irônicos ao modo de vida dos indígenas.

O trabalho foi condicionado aos horários dos indígenas, respeitando a vontade do cacique de ser entrevistado ainda na madrugada, enquanto comia seu peixe matinal, a dos velhos de não serem interrompidos no meio do jogo de flechas, na corrida de tora ou no canto e a dos demais com quem conversei, cada um com suas ocupações diárias. Às vezes acabava o dia sem eu ter conseguido trocar palavra com ninguém, e eu usava o tempo livre para observar e relatar em um diário de viagem tudo que via.

Todas essas condicionantes me fizeram respeitar mais a posição do jornalista de forma humilde e respeitosa frente ao entrevistado. Certamente nosso trabalho não está acima da vida dos outros, somos apenas repórteres de uma realidade posta. Explicar os objetivos de meu trabalho me pareceu natural e a atitude mais ética que poderia assumir, apesar de não estar acostumada a fazer isso normalmente.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Kátia. **Causa inconfessável**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 7 setembro 2013. Disponível em:

<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/2013/09/1338470-causa-inconfessavel.shtml>. Acesso em 10 nov. 2014. **Conspiração, teoria e prática**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 18 janeiro 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/katiaabreu/2014/01/1399448-conspiracao-teoria-e-pratica.shtml>. Acesso em 10 nov. 2014.

ARISI, Barbara Maisonnave. **Nas mãos do pajé**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 14 junho 2014. Disponível em: <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,nas-maos-do-paje,1511524>. Acesso em 12 nov. 2014.

BACELO, Joice. **Terra contestada**. Diário Catarinense, Santa Catarina, 7 a 11 agosto 2014. Disponível em: <http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/pagina/terra-contestada.html>. Acesso em 12 nov. 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. P. 09-24.

FERRAZ, Iara. **Os Parkatêjê das matas dos Tocantins: a epopéia de um líder Timbira**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 25ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

IJUIM, Jorge Kanehide. **Humanização e desumanização do jornalismo: algumas saídas**. São Paulo: Revista Comunicação Imidiática, maio a ago. 2012. Disponível em: [https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/u/0/?ui=2&ik=ed171e3bc2&view=att&th=14562b5fcc64a1d&attid=0.6&disp=inline&realattid=f\\_hu0fppbg5&safe=1&zw&sa\\_duie=AG9B\\_P9gnwKFEP-5r3XhsxYpyLF-&sadet=1415829138751&sads=1\\_bTEk\\_ZX-06O\\_QVQw4ZU\\_HEsK8](https://mail-attachment.googleusercontent.com/attachment/u/0/?ui=2&ik=ed171e3bc2&view=att&th=14562b5fcc64a1d&attid=0.6&disp=inline&realattid=f_hu0fppbg5&safe=1&zw&sa_duie=AG9B_P9gnwKFEP-5r3XhsxYpyLF-&sadet=1415829138751&sads=1_bTEk_ZX-06O_QVQw4ZU_HEsK8). Acesso em 12 nov. 2014. P. 117-137.

LUIZY, Luana. **Cacique Guarani denuncia recusa do governo em homologar TI Morro dos Cavalos**. CIMI, Brasília, 22 agosto 2014. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt->

[br/?system=news&conteudo\\_id=7672&action=read&page=0](http://www1.folha.uol.com.br/?system=news&conteudo_id=7672&action=read&page=0). Acesso em 12 nov. 2014.

MARIOTTO, Cristiano; NUNES, Nuno. **O jogo dos erros**. Observatório da Imprensa, 19 agosto 2014. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed812\\_o\\_jogo\\_dos\\_erros](http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed812_o_jogo_dos_erros). Acesso em 10 nov. 2014.

MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (orgs.) **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. Pp. 221-228.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha **A presença indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006. Pp. 17-67

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 1989. Pp. 3-15.

RIBEIRO, Darcy; MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. **Fundação do Brasil. Testemunhos – 1500-1700**. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 1992. Pp. 158-173.

SERVA, Leão. **Índios, as maiores vítimas da ditadura**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 31 março 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/leaoserva/2014/03/1433409-indios-as-maiores-vitimas-da-ditadura.shtml>. Acesso em 20 jun. 2014.